

Identidades Culturais e Democracia (Reflexões sobre o texto de M. Wiewiorka)

Aida Ferreira

Directora do Curso de Serviço Social, ULHT, Lisboa

As três formas apresentadas por Michel Wiewiorka nos seu tratamento do tema: “Identidades Culturais e Democracia”, partem:

-do espaço público de um país, lugar de reconhecimento dos vários actores, construindo-se assim identidades culturais, onde os novos movimentos sociais dos anos 70, 80 dão lugar às lutas alter-mundialistas.

-da dimensão filosofia política, salientando a obra de John Rawls, *Uma Teoria da Justiça*, cujos princípios “liberais” apontam para a construção de uma sociedade de indivíduos livres e iguais, construção de identidades individuais, com a perspetivação universal do direito e razão a partir de princípios abstractos definidos pelo “véu da ignorância”.

A perspectiva comunitarista de Michael Walzer n’*As Esferas da Justiça*, apoiada numa análise da realidade sociológica, antropológica, etnológica etc... das sociedades, onde a cultura da pessoa singular deve ser reconhecida.

Por último o multiculturalismo onde as identidades colectivas devem dar acesso a direitos culturais com uma visão, ou de multiculturalismo “integrado” fazendo face à injustiça social em alguns países, como Canadá, Austrália, Suécia, ou de multiculturalismo “estilhaçado” (*éclaté*), Estados Unidos, originando uma identidade “bricolage” (Lévi-Strauss, citado por Wiewiorka).

Tal como afirma o autor desta conferência, na actualidade, a construção das identidades culturais pode assentar em dois extremos: o da “reprodução colectiva” e o da “pura criatividade”, faltando ao primeiro a dimensão de subjectividade e estando presente no segundo a singularidade criativa.

Gostaríamos também de introduzir uma outra dimensão que provoca uma certa “fibrilação”, isto é, arritmia na construção de identidades, a partir do fenómeno da globalização ou mundialização de acordo com a expressão francesa.

Neste início do século XXI os conceitos com passaporte dos finais do século XX continuam a fazer sentido para entendermos esta sociedade marcada pela revolução política, tecnológica, cultural e acima de tudo influenciada pelos sistemas de comunicação, o que nos permite dizer que “vivemos todos num único mundo”, mas, teremos todos direito à construção de identidades, à sua preservação, ou ainda à “reconstrução” quer sejam individuais ou colectivas?

Anthony Giddens apresenta-nos uma nova interpretação do mundo contemporâneo definido como “modernidade tardia”,¹ ou, para Alain Touraine e Daniel Bell, “sociedade pós-industrial”, também referida pelo autor desta conferência. Na modernidade tardia “...as transformações na auto-identidade e na globalização, ... são os dois pólos da dialéctica do local e do global...”.²

Manuel Castells concordando com Giddens quanto à caracterização teórica da construção da identidade na “modernidade tardia” sustenta que a sociedade em rede põe em causa o processo de construção da identidade neste período, pelo facto de engendrar novas formas de mudança social. A sociedade em rede ao assentar na disjunção sistémica entre o local e mundial, torna impossível o projecto de vida reflexivo, a não ser para uma elite que habita o espaço intemporal.³

Nesta lógica, para o mesmo autor, “identidade” aplicando-se o termo aos actores sociais é o processo de construção de sentido a partir de um atributo cultural, ou de um conjunto coerente de atributos culturais que têm prioridade sobre todas as outras fontes. Neste sentido um mesmo indivíduo ou o mesmo actor colectivo podem ter várias identidades.⁴

Importa também reflectir sobre a função dos Estados-Nação na construção de identidades. Assim numa posição a que Giddens chama de “radical” a globalização é um facto e os seus efeitos fazem-se sentir em todo o lado, afirmando que as nações perderam uma boa parte da soberania e os políticos perderam a capacidade de influenciar os acontecimentos, por isso, os líderes políticos já não são respeitados e há pouco interesse relativamente ao que eles dizem.⁵

O Estado-Nação ao ficar mais fraco origina o florescimento de “nacionalismos locais” e o reaparecimento de novas identidades culturais.

A globalização como “rede complexa de processos”, apresenta dois movimentos de sentido diferente, um para cima, em ordem a posições dominantes de ordem económica,

cultural e militar a que poderíamos chamar *identidades culturais universalizantes*, de que são exemplo formas de consumo, como a Coca Cola, McDonald’s, formas de informar, CNN, formas de vestir, etc...e, outra para baixo, originando autonomias locais.⁶

Mas neste *eclipse do estatismo*, o Estado-Nação mantém simultaneamente obrigações perante os cidadãos, dentro do espaço territorial e subordinação à omnipresente globalização. Tal dualidade implica repensar a própria identidade cultural de um colectivo – Nação e a sua representação no espaço político alargado, bem como a construção das identidades individuais.

Seguindo ainda Giddens podemos afirmar que há uma interligação entre os dois “extremos”, o de influência global por um lado, e, o de dimensão pessoal por outro lado.

Pela primeira vez na história humana a “*produção de si*” para o autor (Wiewiorka) e a construção do “*Eu*”, ou mais precisamente do “*self*” (de acordo com a preferência do tradutor, Miguel Vale de Almeida, da obra de Giddens: “*Modernity and self-Identity*”), e, “*sociedade*” interrelacionam-se num meio global.

O *self* constitui-se assim, como uma entidade não passiva, nem determinada por influências externas, sendo capaz de contribuir e promover directamente implicações de dimensão global.

Visto, como “*projecto reflexivo*” do qual o indivíduo é responsável. «*Nós somos não o que somos mas sim o que fazemos de nós*», aquilo em que o indivíduo se torna depende do seu empenhamento de reconstrução.

Nesta óptica, o indivíduo constrói e reconstrói a sua história a partir de dentro, da noção de “*estilo de vida*” com uma certa

“*unidade*”, assente em hábitos e práticas rotinizadas, tais como vestir, comer, agir, incorporadas na relação com os outros, sempre abertas à mudança, à escolha perante uma pluralidade de opções que são adoptadas e não transmitidas. É o *design* dos corpos como fonte de auto-identidade, onde a aparência, a postura, a sensualidade e os regimes dietéticos definem elementos de identidade social, de *status* ocupacional e do meio a que o indivíduo pertence.

São para Wiewiorka “*as lógicas pessoais de criatividade e de invenção cultural*”.

Para tudo isto contribuem os “*sistemas periciais*” e os “*sistemas comunicacionais*” da modernidade tardia.

Mas apelando novamente ao pensamento de Manuel Castells parece existir uma desarticulação entre a lógica do poder na rede mundial e a representação nas sociedades e culturas particulares. Surge assim, a reconstrução de identidades defensivas assente em princípios comunitários, cujo lugar se inscreve entre o anonimato e as identidades diminuídas. São, também para o autor desta conferência, os “*tolerados*” os “*cidadãos de segunda zona*”, com uma “*cultura desqualificada*” e a “*visibilidade pública interdita*”.

A questão que colocamos respeita sobretudo às condições políticas, isto é, à acção das democracias ocidentais em contexto de vivência dos fenómenos de globalização económica, cultural e militar.

Se para a construção de identidades culturais individuais ou colectivas, o global tem influências facilitadoras ou inibidoras, dependentes de muitos factores, como temos vindo a referir, no respeitante à “*identidade social*” de grupos profissionais, o global comanda a perda dessa identidade

através da exclusão social, resultante da corrida desenfreada ao lucro pelo lucro, princípio fundamental do liberalismo económico.

Referimo-nos sobretudo à perda do vínculo ao mundo do trabalho, considerado como o “*grande integrador*” e proporcionador de “*identidade social*” de acordo com a noção de “*centralidade do trabalho*” onde os sujeitos sociais jogam a sua identidade na diferença de posição dentro da escala salarial. Nas situações de inactividade forçada essa identidade social perde-se, desaparecendo também a pertença à identidade colectiva do grupo profissional. A sua reconstrução através de outras actividades tais como o trabalho social, ou actividades auto-geradas não assenta numa construção livre e igual no sentido defendido pelos liberais.

Reconhecemos portanto as incoerências das sociedades democráticas, criadoras de desigualdades sociais, onde os direitos fundamentais são violados em nome de uma elite transcontinental cada vez mais poderosa.

Ao perder-se a identidade social, parte integrante da identidade cultural, esta, no caso dos excluídos também se perde. Mesmo havendo a possibilidade de representação no espaço público, nas democracias representativas, através da reivindicação dos direitos culturais, como afirma Wiewiorka, a questão coloca-se tal como defende Norberto Bobbio, não ao nível da reivindicação, mas sim em saber quem garante os direitos.

Termino com Hannah Arendt, afirmando que só a Acção, no real sentido político é a “*(...) única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da*

pluralidade, ao fato de que homens , e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo.” ⁷

Notas

¹ Para o autor, o mundo moderno contemporâneo, a modernidade tardia, é apocalíptico, no sentido em que introduz riscos que gerações anteriores não tiveram de enfrentar. Os acontecimentos distantes influenciam os eventos próximos e mesmo a intimidade do *self*. A experiência mediatizada influencia a auto-identidade e a organização das relações sociais. (Cf. 1994:3-4).

² *Ibid.*, p. 29.

³ Cf., 1999, p.22

⁴ *Ibid.*, 17.

⁵ Anthony Giddens, 2000, pp. 20-21.

⁶ *Ibid.*, p. 26.

⁷ Hannah Arendt, 1991, p.15.

Referências Bibliográficas

- ARENDT, Hannah, *A Condição Humana*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1991.
- CASTEL, Robert, *Les Métamorphoses de la question sociale*, Paris, Fayard. 1995.
- CASTELLS, Manuel, *Le pouvoir de L'identité*, Paris, Fayard, 1999.
- GIDDENS, Anthony, *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta, 1994.
- GIDDENS, Anthony, *O mundo na era da globalização*, Lisboa, Presença, 2000.
- RAWLS, John, *Uma Teoria da Justiça*, Brasília, Edições Brasília, 1971.
- WALZER, Michael, *Spheres of Justice*, Oxford, Basil Blackwel, 1983.